

Ao
Exmo. Sr. Presidente
Mesa Diretora
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Equador/RN.

Ref: **Projeto de Lei**
LDO-Lei de Diretrizes Orçamentária
Exercício de 2026

Senhor Presidente;
Senhores (as) Vereadores (as) ;

Em consonância com o que dispõem a Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, e a Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei em anexo, que trata das Diretrizes Orçamentárias e que estabelece as Metas e Prioridades da Administração Municipal, além das orientações à elaboração do Orçamento-Programa deste Município, para o exercício de 2026.

As Metas e Prioridades da Administração Municipal estão em consonância com o Plano Plurianual do Município para o período de 2026 a 2029.

Com a apresentação da presente proposição, este Poder Legislativo, deverá colocar em prática o processo de discussão e apreciação, notadamente no que concernem as prioridades, no período a que se refere a mesma.

O Projeto de Lei em apenso encontra-se estruturado em diversas DIRETRIZES, as quais abordam regras gerais e específicas de condutas pertinentes as mais diversificadas políticas e ações públicas a serem adotadas em benefício da melhoria da qualidade de vida dos munícipes sejam no aspecto econômico, social e da cidadania, os quais compõe-se das seguintes:

Diretrizes I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

Diretrizes II - a organização e a estrutura dos orçamentos;

Diretrizes III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;

Diretrizes IV - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

Diretrizes V - as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;

Diretrizes VI - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária Municipal;

Diretrizes VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e

Diretrizes VIII - as disposições finais.

Integram ainda o presente os anexos determinados pelo Manoel de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, elaborados em de acordo novo Plano Plurianual para o período 2026 a 2029.

Por por força do **Inciso I do § 2º do Art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)**, deverá haver a **PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PROCESSO DE DISCURSSÃO DESTA LEI NESTA CASA LEGISLATIVA**, através de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** e que, por recomendação do Tribunal de Contas do Estado, seja expedido documento (Ata) em que comprove a realização de Sessão Especial para esse fim.

Enfim, confiante no alto espírito público de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, com vistas à aprovação do presente instrumento, aproveito o ensejo para apresentar-lhes protestos de elevada estima considerações.

Equador/RN., 15 de Abril de 2026.



CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -

PROJETO DE LEI Nº _____/2026.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Equador/RN.

Faz saber que ele **ENCAMINHA** para discussão e **APRECIACÃO** pelo Poder Legislativo Municipal o seguinte Projeto de Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e da Lei Orgânica do Município, ficam estabelecidas as **diretrizes orçamentárias** relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

- Diretrizes I** - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- Diretrizes II** - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- Diretrizes III** - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- Diretrizes IV** - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- Diretrizes V** - as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
- Diretrizes VI** - as disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município;
- Diretrizes VII** - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- Diretrizes VIII** - as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais, composto de:

- a. demonstrativo de metas anuais;
- b. avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c. demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- d. evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios;
- e. origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f. demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- g. demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

II - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

III - Anexo de Metas e Prioridades; e

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027, são aquelas contempladas no Plano Plurianual vigente (2026/2029), as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária será dada maior prioridade:

PODER LEGISLATIVO:

1. Fortalecimento da Atuação Legislativa

- **Infraestrutura e modernização** da Câmara Municipal (tecnologia, acessibilidade, segurança).
- **Capacitação de vereadores e servidores**, especialmente em temas como orçamento público, planejamento urbano e políticas públicas.
- Investimentos em **sistemas de informação legislativa**, digitalização de documentos e melhoria dos canais de comunicação com a população.
- **A valorização dos seus servidores**, com a garantia da revisão geral anual da remuneração, a ser implementada mediante índice oficial de inflação, nos termos da legislação vigente, respeitados os limites legais e a capacidade orçamentária do ente.

2. Fiscalização e Controle

- Garantir **recursos para atividades de fiscalização**, inclusive com auditorias e apoio técnico.
- Prever diretrizes que assegurem **transparência e acesso à informação** sobre a execução orçamentária do Executivo.
- Apoiar a criação ou fortalecimento de **comissões temáticas permanentes e especiais** (como saúde, educação, orçamento, etc.).

3. Participação Popular e Transparência

- Direcionar verbas para ampliar os **mecanismos de participação popular**, como audiências públicas, consultas e orçamento participativo.
- Desenvolver **plataformas digitais e presenciais** que incentivem o diálogo direto com os cidadãos e facilitem a prestação de contas.
- Estimular **iniciativas de educação cidadã** sobre o papel do Legislativo e o funcionamento do orçamento público.

4. Planejamento Integrado com o Executivo

- Alinhar metas legislativas com as **prioridades do Plano Plurianual (PPA)** e os objetivos estratégicos do município.
- Indicar a necessidade de **critérios mais claros na alocação de recursos públicos**, especialmente nas áreas de educação, saúde, segurança e mobilidade urbana.
- Garantir margem para **emendas impositivas parlamentares**, respeitando os limites legais e a execução técnica das propostas.

5. Sustentabilidade Fiscal e Responsabilidade

- Monitorar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO, incluindo a **regra de ouro**, limites com despesa de pessoal e endividamento.
- Avaliar os **impactos orçamentários das leis aprovadas** pelo Legislativo, buscando equilíbrio entre inovação legislativa e capacidade financeira do município.
- Estimular a **previsão de contingências fiscais** para cenários de incerteza econômica, queda de arrecadação ou desastres naturais.

PODER EXECUTIVO:

a) Ampliação e melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos e adequação do quadro de servidores para a oferta de serviços essenciais básicos nos segmentos:

a.1 Educação - oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) com foco nas seguintes metas:

a.1.1 estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, e oportunidades educacionais com melhoria do ensino;

a.1.2 de redução das desigualdades e a valorização da diversidade que visem a equidade;

a.1.3 de valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas anteriores sejam atingidas.

a.2 Saúde e Saneamento - com restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil e combate as pandemias, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento.

a.3 Promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso. Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes carentes do município com renda comprovadamente inferior a um quarto de salário mínimo por pessoa da família.

a.4 Incentivo aos trabalhos rurais mediante ampliação de assistência ao trabalhador com a promoção de metas e prioridades que venham contribuir para a descoberta das vocações locais.

a.5 Ampliação de oferta de emprego e renda à população com a promoção de capacitação e criação e incentivo para as oportunidades de ao primeiro emprego em parceria com a iniciativa privada, como forma de fomentar a economia local.

a.6 Recuperação e conservação do meio ambiente visando ao atendimento das determinações constantes no art. 225 da Constituição Federal.

a.7 De desenvolvimento em articulação com os governos estadual e federal. de programas voltados à implementar políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-culturais e artísticas.

b) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

b.1 Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

b.2 Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

b.3 Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

c. 1 Do desenvolvimento da agropecuária:

c.2 Da indústria, com ênfase às pequenas e micro empresas;

c.3 Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

d.1 A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

d.2 A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

Art. 3 - Para consecução das prioridades previstas no orçamento anual deverá consignar metas relacionadas com as seguintes ações de governo:

I - ÁREA SOCIAL:

a. Na educação e cultura:

a.1 Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos. de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

a.2 Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;

a.3 Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;

a.4 Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%

a.5 Redução à zero da taxa de evasão escolar, implementando e programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;

a.6 Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais; Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;

a.7 Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;

a.8 Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino:

a.9 Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;

a.10 Apoio á atividades e extensão universitária;

a.11 Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do (a) padroeiro (a).

a.12 Estabelecer diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, em consonância com a metas e diretrizes estabelecidas no Plano Estadual e Nacional de Educação, através dos objetivos, programas e ações com vistas a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam:

I – Erradicação do analfabetismo;

II – Universalização do atendimento escolar.

III – Melhoria da qualidade do ensino;

IV – Formação para o trabalho;

V – Promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI – Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

b. Da saúde pública

b.1 Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo substancialmente o índice de mortalidade infantil.

b.2 Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;

b.3 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

b.4 Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;

b.5 Manutenção dos Programas Básicos de Saúde na Família;

c. Da Habitação e Saneamento Básico

c.1 Aprimoramento da infraestrutura básica do município;

c.2 Construção e melhoria de casas populares.

d. Da Assistência Social

d.1 Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física. mediante a ampliação dos atuais programas;

d.2 Ampliar os programas de assistência comunitária;

d.3 Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;

d.4 Estimular programas de assistência comunitária;

d.5 Ajuda financeira para pessoas carentes. em deslocamento para outros centros;

d.6 Distribuição de doativos a pessoas de baixa renda;

d.7 Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar.

d.8 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

- d.9 Serviço de acolhimento à Família Acolhedora
- d.10 Promoção social à família, à criança, aos adolescentes e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas nos referidos Estatutos, devendo na Lei Orçamentária os recursos vinculados a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes em vulnerabilidade social do município com renda comprovadamente inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, por pessoa da família.
- d.11.1 Assistência à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;
- d.11.2 Ampliar os programas de assistência comunitária;
- d.11.3 Melhorar a assistência e fomento nutricional com base nos princípios da Segurança Alimentar com a distribuição de cestas básicas e famílias em vulnerabilidade social, no âmbito dos Recursos Próprios que o município deve cofinanciar a gestão do SUAS;
- d.11.4 Estimular programas de assistência comunitária;
- d.11.5 Cobertura dos benefícios eventuais as famílias em vulnerabilidade social temporária e nos casos de calamidade pública e situações temporárias, conforme diretrizes legais;
- 4.11.6 Deslocamento de famílias em vulnerabilidade social para outros centros;
- d.12.7 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

II. NA ÁREA ECONÔMICA:

a. Agropecuária

- a.1 Assistência e incentivo à produção agrícola;
- a.2 Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;
- a.3 Fortalecimento do pequeno produtor rural;
- a.4 Distribuição de sementes ao pequeno produtor;
- a.5 Combate à seca e à pobreza rural.
- a.6 Incentivo a Agricultura Familiar. b. Indústria, comércio e turismo

b. Indústria, Comércio e Turismo

- b.1 Apoio às pequenas e micro empresas do município, como forma de fomento à geração de emprego e renda.

III. NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS:

a. Recursos Hídricos:

- 1. Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b. Transportes

- 1. Conservação e apoio à malha rodoviária municipal;

c. Energia

- 1. Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;
- 2. Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d. Serviços urbanos

- 1. Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;
- 2. Ampliação e manutenção da coleta de lixo;
- 3. Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;
- 4. Arborização da cidade; Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e prioridades, do Plano Plurianual a que se refere o caput, estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 3º - As Ações / Metas a serem adotadas na presente lei, são as especificadas no Plano Plurianual, com as alterações aprovadas no novo Plano Plurianual a vigor para o período 2026/2029, e, ainda, constar da Lei Orçamentária Anual para os exercícios vindouros.

§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º - Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual – PPA, conforme referido.

Art. 4º - Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - O Município implementará o atendimento integral às pessoas portadoras de deficiência e às pessoas idosas em todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, incluindo-as em políticas públicas voltadas à satisfação de suas necessidades.

Art. 6º - Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Legislativo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º - O Município poderá adotar medidas de fomento à participação das micros, pequenas e médias empresas instaladas na região, no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal, bem como facilitará a abertura de novas empresas de micro, pequeno e médio porte, por meio de desburocratização dos respectivos processos e criação de incentivos fiscais quando julgar necessário.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo projeto de lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, com vistas ao fomento da atividade econômica no Município.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º - A elaboração e execução do orçamento que deve estar compatível com o Plano Plurianual a virgir para os exercícios de 2026/2029, e, em consonância com as seguintes diretrizes fundamentais:

- I. equilíbrio das contas públicas municipais;
- II. transparência na elaboração e gestão dos orçamentos municipais;
- III. austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;
- IV. obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal;
- V. respeito aos princípios orçamentários.

Art. 10 - A estimativa de receita será realizada conforme as normas técnicas e legais, considerando os efeitos das alterações da legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou algum outro fator econômico relevante, e será detalhada na proposta, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de forma a identificar a arrecadação segundo as naturezas da receita e fontes de recursos.

Art. 11 - A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 12 - O Projeto de Lei Orçamentária do Município deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observados os seguintes:

- I - o princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
- IV - o princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 13 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;

II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;

IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, descrevendo o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos, que devem ser detalhados em unidades e medidas;

VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, ao qual são vinculadas as unidades orçamentárias responsáveis por desenvolverem um programa de trabalho definido;

X - unidade orçamentária: constitui-se em um desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta ou da administração indireta, em cujo nome a lei orçamentária anual consigna, expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;

XI - modalidade de aplicação: indica se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito ou mediante transferência para entidades públicas ou privadas.

XII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de recursos orçamentários; e

XIII - convenente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Art. 14 - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 15 - O Poder Executivo também encaminhará ao Poder Legislativo, o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 16 - A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I - Categoria Econômica;

II - Origem;

III - Espécie;

IV - Rubrica;

V - Alínea;

VI - Subalínea; e

VII - Fonte/Destinação de Recursos

§ 1º - A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I - Receitas Correntes - 1; e

II - Receitas de Capital - 2.

§ 2º - A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º - O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º - O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º - A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º - O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 17 - A despesa orçamentária será discriminada por:

- I - Órgão Orçamentário;
- II - Unidade Orçamentária;
- III - Função;
- IV - Subfunção;
- V - Programa;
- VI - Ação (Projeto, Atividade ou Operação Especial);
- VII - Categoria Econômica;
- VIII - Grupo de Natureza da Despesa;
- IX - Modalidade de Aplicação;
- X - Elemento de Despesa; e
- XI - Fonte de Recursos.

§ 1º - A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

- I - Despesas Correntes - 3; e
- II - Despesas de Capital - 4.

§ 2º - Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e
- II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º - Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferências à União - 20;
- II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;
- III - transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31
- IV - transferências a Municípios - 40
- V - transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41
- VI - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
- VII - transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;
- VIII - transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 71;
- IX - execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72;
- X - transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 73;
- XI - aplicações diretas - 90; e

XII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º - A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

§ 6º - A Lei Orçamentária Anual conterà a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 7º - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 7º deste artigo;

§ 8º - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo;

§ 9º - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 10 - As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às atualizações dos Planos de Contas da Receita e da Despesa, durante a execução orçamentária.

Art. 18 - A Reserva de Contingência prevista no art. 43 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Art. 19 - A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Art. 20 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na proposta orçamentária as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento, ao Poder Legislativo, do correspondente Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias.

Art. 21 - O Poder Executivo poderá propor ao Poder Legislativo através de Projeto de Lei específico a transposição, o remanejamento ou a transferência orçamentária de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, constantes de Lei Orçamentária Anual, de acordo com o Inciso VI, art. 167, da Constituição Federal.

Art. 22 - Para os fins desta lei, entende-se como:

- I - Remanejamento: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas ou alteração na estrutura organizacional;
- II - Transposição: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias;
- III - Transferências: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).

Art. 23 - A autorização contida no caput do artigo 21 desta lei, permitirá que o Poder Executivo Municipal, respeitadas as demais normas constitucionais, possam efetuar o (a):

- I - Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1º. ao art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados.
- II - Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra.
- III - Transferência de dotações, por decreto.
- IV - Transposição de recursos de um órgão para outro, ou de uma categoria de programação para outra.

§ 1º - A Transposição de dotações orçamentárias será utilizada quando da extinção de reestruturação de um órgão através de reformas administrativas que venham modificar a estrutura organizacional do Município.

§ 2º - A Transferência de recursos orçamentários será empregada dentro de um mesmo programa de trabalho, sendo que na estrutura do orçamento inicial, durante todo o exercício financeiro, o valor fixado e seu saldo encerrado

serão apresentados na unidade orçamentária anterior aprovada na Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - O remanejamento de saldo das dotações orçamentárias está vinculado com o remanejamento de pessoal, conforme disposto no parágrafo início do art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 24 – Os créditos adicionais suplementares e especiais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 17 desta lei

Art. 25 – A movimentação de recursos orçamentários entre elementos de despesas, e a inclusão de novos elementos, respeitada a classificação institucional, a funcional-programática, a a categoria econômica da despesa, o grupo de natureza da despesa e a fonte pagadora, não configura abertura de crédito adicional, mas tão somente ajuste contábil, a ser processado pelo Sistema Sagres Captura, com base nos termos da legislação vigente, Portaria SOF/STN n. 163 de 04 de maio de 2001, e alterações posteriores, em consonância com o despacho exarado no Documento TC n. 108930/24.

Art. 26 - Para efeito desta lei a contabilidade do município, evidenciará nos balancetes mensais e balanço geral do Município, de forma separada, os valores referentes aos créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários – e os movimentos relacionados com os remanejamentos, transferências e transposições de dotações orçamentárias, para fins de controle do valor autorizado.

Art. 27 - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

- I - o comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior;
- II - o demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
- III - a situação observada no exercício de 2027 em relação aos limites de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- V - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000;
- VI - a discriminação da dívida pública total acumulada,

Art. 28 - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei; e
- IV - discriminação da legislação da receita e da despesa referente ao Orçamento Fiscal. § 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 29 – As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados nos artigos anteriores, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores, os efeitos decorrentes das decisões judiciais e o planejamento das ações contidas no Plano Plurianual.

Parágrafo único - Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art. 30 – A Administração Municipal adotará permanentemente medidas que vise o incremento da receita municipal, através da melhoria da eficiência do aparelho fiscal do Município, combate à evasão e à sonegação fiscal, e cobrança da dívida ativa municipal.

Art. 31 – Para fins de controle de custos dos produtos e serviços desenvolvidos e de avaliação dos resultados dos programas governamentais realizados, deverão ser aprimorados os processos de contabilização de custos diretos e indiretos dos produtos e serviços executados, e os métodos e sistemas de informação que possibilitem a aferição dos resultados pretendidos.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 32 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7,0% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70,0% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

Art. 33 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de junho do corrente exercício, observadas as disposições desta Lei.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 34 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, dos instrumentos de gestão previstos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

II - pelo Poder Executivo:

- a) da Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) das alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) do Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, deverá manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no art. 48, caput, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35 - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 36 - O Poder Executivo, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado no mínimo, por órgão e por fonte de recursos, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 37 - O Poder Executivo, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais.

Art. 38 - Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, por Fonte de Recursos, respeitados no período, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no caput deste artigo e no art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta Lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese de ocorrência de limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 39 - Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 40 - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e Empresas Públicas serão apresentadas para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 41 - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

Art. 42 - É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado.

Art. 43 - A Lei Orçamentária somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada;
- e
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 44 - A Procuradoria do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Fazenda, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos a serem incluídos na proposta orçamentária, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII - valor do precatório a ser pago (atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);
- VIII - data do trânsito em julgado;
- IX - número da vara ou comarca de origem; e
- X - Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 45 - O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na legislação municipal que trata da matéria.

Art. 46 - Na programação da despesa não poderá:

- I - ser incluídas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e
- II - ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 104, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 47 - Na proposta orçamentária não poderá ser destinado recursos para atender despesas com:

- I - ações que não sejam de competência exclusiva ou comum do município, ou com ações para as quais a Constituição Federal não estabeleça a obrigação do Município de cooperar técnica e/ou financeiramente; e
- II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

§ 1º - Para atender ao disposto nos incisos I e II, durante a execução orçamentária, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 48 - É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, subvenções econômicas, auxílios ou contribuições, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos e amparadas por Leis Municipais.

Art. 49 - A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

- I** - custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do Município ao sistema de seguridade social, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;
- II** - custeio administrativo e operacional;
- III** - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;
- IV** - garantia do cumprimento do disposto nos arts. 43 e 44 desta Lei;
- V** - pagamento de sentenças judiciais;
- VI** - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e
- VII** - reserva de contingência, conforme especificado no art. 45 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 50 - As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Art. 51 - O controle de custos, a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", e no art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, e a avaliação dos Programas de Governo constantes do Plano Plurianual - PPA, serão realizados pelo Órgão de Planejamento do Município.

Art. 52 - O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 53 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 54 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa, serão considerados:

- I** - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II** - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
- III** - as alterações tributárias.

Art. 55 - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor até 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A Reserva de Contingência prevista no caput será constituída, exclusivamente, pela Fonte de Recurso 500 (Recursos Não Vinculados a Impostos).

v

§ 2º - Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde, educação, defesa civil, ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública e precatórios.

Art. 56 - Os recursos de convênios repassados pelo município a outras entidades públicas ou privadas deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria da Fazenda do Município.

Art. 57 - As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal, quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na Lei Orçamentária, conforme previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 58 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167, inciso XI, 194 a 196, 199 a 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I** - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;
- II** - da contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município; e
- III** - do Orçamento Fiscal.

IV - da priorização do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) como base estruturante para a realização da seguridade social, em consonância com o art. 203 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

Art. 59 - As despesas consideradas obrigatórias e de caráter continuado com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717/1998, na Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.

Art. 60 – As emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverão obedecer criteriosamente ao disposto no art. 169 e seus parágrafos da Constituição Estadual, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 61 – Fica vedada a apresentação de emendas que:

I – indiquem o aumento da despesa sem estimativa do valor e justificativa do seu incremento e sem a indicação da fonte de recursos a ser utilizada e a dotação orçamentária a ser reduzida;

II – indique recursos proveniente da anulação de dotações destinadas as seguintes despesas:

- a) dotações vinculadas a programas sociais;
- b) dotações de sentenças judiciais e serviços da dívida;
- c) dotações para pagamento de PASEP;
- d) dotações relativas aos grupos de despesas 31, 32 e 46;
- e) dotações com recursos de convênios;
- f) dotações com recursos próprios, exceto quando se tratar de recursos dentro da própria Unidade Orçamentária;
- g) dotações do Orçamento Fiscal com o da Seguridade Social e vice-versa;

III – sejam incompatíveis com o estabelecido no Plano Plurianual a vigor a partir do exercício de 2026;

IV – não façam parte das prioridades e metas definidas no Plano Plurianual a vigor a partir do exercício de 2026;

V – tratem de matéria diversa da autorizada no p 8º. do Art. 165 da Constituição Federal;

Art. 62 – O processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentário Anual (PLOA) tem início com o envio do referido projeto a Câmara Municipal de Vereadores e finaliza com a sanção do Chefe do Poder Executivo Municipal, ou quando for o caso de veto governamental, após sua deliberação pela Câmara Municipal de Vereadores, com a promulgação da lei pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente do Poder Legislativo Municipal conforme o caso.

Art. 63 – Inalterada a Unidade Orçamentária, a Classificação Funcional Programática, a Categoria Econômica, o Grupo de Natureza da Despesa, a Modalidade de Aplicação, a Fonte de Recursos de o valor, fica o Poder Executivo autorizado a efetuar ajustes necessários no Quadro de Detalhamento da Despesa da Lei Orçamentária quando de sua execução, com o fim de adequá-lo à Estrutura Organizacional do Município, resultante da cisão, fusão ou incorporação de Unidades Orçamentárias ou, ainda, a criação de novo órgão sem a criação de novas unidades, bem como, para promover a mudança de denominação de órgão ou unidade orçamentária.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS V

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;

Art. 64 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de junho projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 65 - O reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes da Lei Orçamentária, e de seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando os limites do art. 20, inciso III, e do art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 66 - O Poder Executivo e Poder Legislativo mediante Lei Autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras, conforme disposto no art. 169 1ª, § 1º, II da CF.

§ 1º. – Para o provimento de cargos do quadro de servidores os poderes municipal poderão nos termos do art. 37, inciso IX, contratar pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

§ 2º. - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei do Orçamento.

Art. 67 - Ressalvada a hipótese do Início X do Artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos poderes, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício, o Limite Prudencial de 51,30% e 5,40% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (Art. 71 da LRF), e observarão também as novas regras impostas pela Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021, que alterou a Lei Complementar n. 101/2000, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que impõe medidas de reforço a Responsabilidade Fiscal, conforme exposto nos arts. 15 e 16, estabelecendo as seguintes regras adicionais no cômputo na apuração da despesa com pessoal:

- a) Inclusão do valor bruto das despesas com pessoal no cômputo do limite, sendo vedada a consideração de valores retidos de outras deduções, excetuando-se apenas o abatimento para adequação da remuneração dos servidores ao teto constitucional (CF/88, art. 37, XI);
- b) Não dedução, para fins de limites, das despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos aportados para cobertura de déficit financeiro quando for o caso de regimes de previdência próprio;
- c) a inclusão das despesas com inativos e pensionistas junto ao limite do Poder e órgão de origem do servidor, independente do órgão responsável pelo pagamento do benefício;
- d) implementação da adoção do regime de competência para o cálculo da despesa com pessoal (art. 18, § 2º.), independente de empenho que por algum motivo não passaram pela execução orçamentária

Art. 68 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da LRF (Art. 22, Parágrafo Único, V da LRF).

Art. 69 – Durante o exercício financeiro, observado o disposto no art. 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher;
- II - houver vacância dos cargos ocupados;
- III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e
- IV - forem observados os limites previstos na legislação, ressalvado o disposto no art. 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. A criação de cargos, empregos ou funções somente poderá ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 70 - O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Art. 71 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (Art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo com comissão;

Art. 72 - Para efeito desta Lei e registro contábeis, estende-se como terceirização de mão-de-obra referente a substituição de servidores de que trata o Art. 18, § 1.º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VI

AS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIO MUNICÍPIO:

Art. 73 - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observado o disposto no art. 40 desta Lei.

Art. 74 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPCAE-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 75 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou

contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VII

AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 76 - O Poder Executivo deverá enquadrar a dívida do Município dentro do planejamento de longo prazo, de modo que ele comprometa o mínimo possível a arrecadação tributária do município, que deve ser destinada a investimentos sociais.

Art. 77 - Os Orçamentos da Administração Direta e da Administração Indireta (Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais) deverão destinar recursos para o pagamento do serviço da dívida municipal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida referente às operações de créditos contratadas e/ou autorizadas.

DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 78 - Cabe a Secretaria de Finanças do Município a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei.

Parágrafo único. O Órgão de Planejamento do Município disciplinará:

- I** - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II** - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundação, Fundos, e
- III** - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

Art. 79 - Para os efeitos do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/2000:

- I** - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata a Lei nº 14.133/2021, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e
- II** - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites do art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

Art. 80 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada a suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 81 - Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como estimativa, admitindo-se variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2027 ao Legislativo Municipal.

Art. 82 - A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 83 - Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou de instrumento congênera.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva ser verificado no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 84 - Cabe a Secretaria de Finanças do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao art. 9º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 85 - A gestão fiscal das finanças do município far-se-á mediante a observância de normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000 e outros dispositivos legais, quanto:

- I. ao endividamento público;
- II. ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III. aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV. à administração e gestão financeira.

Art. 86 – Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo publicarão, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei complementar 101/2000.

Parágrafo único - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 87 – O valor máximo de despesas consideradas irrelevantes para fins de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental são os constantes no Inciso II, Art. 73 desta lei. (§ 3º do art. 16 da Lei Complementar 101/2000).

Art. 88 – Caso seja necessária limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o procedimento será adotado de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder, preservando-se, necessariamente, as Despesas Fixas Obrigatórias e as Outras Despesas Fixas, sendo adotadas as medidas estabelecidas pelo art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 89 - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro, fica o Poder Executivo autorizado a executar a razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária das seguintes despesas:

- I. pessoal e encargos;
- II. serviços da dívida;
- III. despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade;
- IV. investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;
- V. contrapartida de Convênios.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no caput deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos, que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 90 – Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual, não for encaminhado para sanção até 31 de dezembro, a programação nele constante poderá ser executada até o limite mensal de um doze avos do total de cada ação orçamentária, na forma da proposta emitida ao Poder Legislativo, até que seja sancionada e promulgada a respectiva Lei Orçamentária.

§ 1º – Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizados neste artigo.

§ 2º – Não se incluem no limite previsto no caput as dotações para atendimento de despesas com:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento do serviço da dívida;
- III – operações de crédito;
- IV – pagamento de benefícios previdenciários e do PASEP;
- V – pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 91 – O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados no Balanço Patrimonial para atender programas prioritários do governo.

Art. 92 – O Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, será parte integrante da Lei Orçamentária Anual – LOA 2027, especificado para cada Categoria de Programação, os Grupos de Despesas e respectivos desdobramentos até o nível de Modalidade de Aplicação, observado o disposto no art. 17 desta lei.

Art. 93 – Os recursos que, em virtude de veto, emenda ou rejeição parcial do Projeto de Lei Orçamentária ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, mediante créditos suplementares ou especiais, com prévia autorização legislativa.

Art. 94 - Em caso de criação de Secretarias Extraordinárias, conforme legislação municipal pertinente, os projetos e atividades a serem desenvolvidos pela nova Secretaria serão transferidos da Unidade onde estavam sendo desenvolvidos os referidos projetos e atividades, passando esta a se constituir em uma Unidade Orçamentária.

Art. 95 – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual, em seus créditos adicionais e na respectiva execução, observadas as demais diretrizes desta Lei e, tendo e visando o controle de custos, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da ação de governo, será feita por programa e ação orçamentária, com a identificação da classificação orçamentária da despesa pública.

Art. 96 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 97 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Equador/RN., 15 de Abril de 2026.


CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
- Prefeito Constitucional -



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS ANUAIS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.494.309	80.601.268	0,07	0,00	88.719.027	80.107.474	0,08	0,00	93.154.980	80.521.203	0,08	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	84.147.419	80.270.361	0,07	0,00	88.354.792	79.778.593	0,08	0,00	92.772.533	80.190.624	0,08	0,00
Receitas Primárias Correntes	74.302.087	70.878.648	0,06	0,00	78.017.192	70.444.417	0,07	0,00	81.918.053	70.808.240	0,07	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	794.746	758.128	0,00	0,00	834.484	753.484	0,00	0,00	876.208	757.376	0,00	0,00
Transferências Correntes	72.868.802	69.511.401	0,06	0,00	76.512.242	69.085.546	0,06	0,00	80.337.856	69.442.351	0,07	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	638.539	609.119	0,00	0,00	670.466	605.387	0,00	0,00	703.989	608.513	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	9.845.332	9.391.712	0,00	0,00	10.337.600	9.334.176	0,00	0,00	10.854.480	9.382.384	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.494.308	80.601.267	0,07	0,00	88.719.023	80.107.470	0,08	0,00	93.154.975	80.521.199	0,08	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	82.919.308	79.098.834	0,07	0,00	87.065.273	78.614.242	0,07	0,00	91.418.537	79.020.258	0,08	0,00
Despesas Primárias Correntes	73.022.585	69.658.099	0,06	0,00	76.673.713	69.231.344	0,06	0,00	80.507.398	69.588.900	0,07	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	31.924.185	30.453.291	0,02	0,00	33.520.394	30.266.721	0,03	0,00	35.196.414	30.423.039	0,03	0,00
Outras Despesas Correntes	41.098.400	39.204.808	0,03	0,00	43.153.319	38.964.622	0,03	0,00	45.310.984	39.165.860	0,04	0,00
Despesas Primárias de Capital	9.593.593	9.151.572	0,00	0,00	10.073.273	9.095.506	0,00	0,00	10.576.938	9.142.482	0,00	0,00
Pagamento de Rastos a Pagar de Despesas Primárias	1.472.084	1.404.258	0,00	0,00	1.545.688	1.395.655	0,00	0,00	1.622.972	1.402.863	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	84.494.309	80.601.268	0,07	0,00	88.719.027	80.107.474	0,08	0,00	93.154.980	80.521.203	0,08	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	84.147.419	80.270.361	0,07	0,00	88.354.792	79.778.593	0,08	0,00	92.772.533	80.190.624	0,08	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	84.494.308	80.601.267	0,07	0,00	88.719.023	80.107.470	0,08	0,00	93.154.975	80.521.199	0,08	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	82.919.308	79.098.834	0,07	0,00	87.065.273	78.614.242	0,07	0,00	91.418.537	79.020.258	0,08	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(II)	-243.973	-232.732	0,00	0,00	-256.169	-231.304	0,00	0,00	-268.976	-232.497	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-243.973	-232.732	0,00	0,00	-256.169	-231.304	0,00	0,00	-268.976	-232.497	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	346.890	330.907	0,00	0,00	364.235	328.880	0,00	0,00	382.447	330.579	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	5.839.526	5.570.472	0,00	0,00	6.131.502	5.536.345	0,00	0,00	6.438.077	5.564.938	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	5.633.141	5.373.596	0,00	0,00	5.914.797	5.340.674	0,00	0,00	6.210.538	5.368.258	0,00	0,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS ANUAIS

ESPECIFICAÇÃO	2027			2028			2029					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Variáveis											
PIB real (crescimento % anual)					2027				2028			2029
					3,40				2,30			1,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)					6,50				10,00			5,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)					6,19				5,92			5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação					4,83				5,65			4,46
Projeção do PIB do Estado - R\$ mil					108.000.000,00				110.000.000,00			112.000.000,00

Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:

Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026;

Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025.



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025		Metas Realizadas em 2025		Variação	
	(a)	% PIB	(b)	% PIB	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	38.605.354	0,04	-32.448.050	-45,67
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	70.875.301	0,06	38.284.197	0,03	-32.591.104	-45,98
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	41.758.738	0,04	-29.294.666	-41,23
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	70.203.404	0,06	37.866.580	0,03	-32.336.824	-46,06
Receita Total (COM FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	38.605.354	0,04	-32.448.050	-45,67
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	70.875.301	0,06	38.284.197	0,03	-32.591.104	-45,98
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	41.758.738	0,04	-29.294.666	-41,23
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	70.203.404	0,06	37.866.580	0,03	-32.336.824	-46,06
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	671.897	0,00	13.587	0,00	-658.310	-97,98
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	671.897	0,00	13.587	0,00	-658.310	-97,98
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	4.947.801	0,00	5.561.454	0,01	613.653	12,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.093.782	0,00	5.364.896	0,00	3.271.114	156,23

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB nominal	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	62.123.404,00	38.376.261,47

Fonte dos Parâmetros:
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/2



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - 2027
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.495,211	71.053,404	46,52	80.470,768	13,25	84.494,309	5,00	88.719,027	5,00	93.154,980	5,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.475,300	70.875,301	46,21	80.140,397	13,07	84.147,419	5,00	88.354,792	5,00	92.772,533	5,00	
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.495,211	71.053,404	46,52	80.470,768	13,25	84.494,308	5,00	88.719,023	5,00	93.154,975	5,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	48.017,041	70.203,404	46,21	78.970,768	12,49	82.919,308	5,00	87.065,273	5,00	91.418,537	5,00	
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.495,211	71.053,404	46,52	80.470,768	13,25	84.494,309	5,00	88.719,027	5,00	93.154,980	5,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	48.475,300	70.875,301	46,21	80.140,397	13,07	84.147,419	5,00	88.354,792	5,00	92.772,533	5,00	
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.495,211	71.053,404	46,52	80.470,768	13,25	84.494,308	5,00	88.719,023	5,00	93.154,975	5,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	48.017,041	70.203,404	46,21	78.970,768	12,49	82.919,308	5,00	87.065,273	5,00	91.418,537	5,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I)-(II)	458,259	671,897	46,62	1.169,629	74,08	-243,973	-120,86	-256,169	0,00	-268,976	0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III)-(IV)	458,259	671,897	46,62	1.169,629	74,08	-243,973	-120,86	-256,169	0,00	-268,976	0,00	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	4.947,801	4.947,801	0,00	5.561,454	12,40	5.838,526	5,00	6.131,502	5,00	6.438,077	5,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.093,782	2.093,782	0,00	5.364,896	156,23	5.633,141	5,00	5.914,797	5,00	6.210,538	5,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	-3.271,114	0,00	-268,245	0,00	-281,656	0,00	-295,741	0,00	
VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	50.919,972	75.316,608	47,91	80.470,768	6,84	80.601,268	0,16	80.107,474	-0,61	80.514,244	0,51	
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.899,065	75.127,819	47,60	80.140,397	6,67	80.270,361	0,16	79.778,593	-0,61	80.183,693	0,51	
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	50.919,972	75.316,608	47,91	80.470,768	6,84	80.601,267	0,16	80.107,470	-0,61	80.514,239	0,51	
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	50.417,893	74.415,608	47,60	78.970,768	6,12	79.098,834	0,16	78.614,242	-0,61	79.013,429	0,51	
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.919,972	75.316,608	47,91	80.470,768	6,84	80.601,268	0,16	80.107,474	-0,61	80.514,244	0,51	
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	50.899,065	75.127,819	47,60	80.140,397	6,67	80.270,361	0,16	79.778,593	-0,61	80.183,693	0,51	
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.919,972	75.316,608	47,91	80.470,768	6,84	80.601,267	0,16	80.107,470	-0,61	80.514,239	0,51	
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	50.417,893	74.415,608	47,60	78.970,768	6,12	79.098,834	0,16	78.614,242	-0,61	79.013,429	0,51	



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/2

DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	50.417.893	74.415.608	47,60	78.970.768	6,12	79.098.834	0,16	78.614.242	-0,61	79.013.429	0,51
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-IV)	481.172	712.211	48,02	1.169.629	64,23	-232.732	-119,90	-231.304	0,00	-232.477	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(II-IV)	481.172	712.211	48,02	1.169.629	64,23	-232.732	-119,90	-231.304	0,00	-232.477	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	5.195.191	5.244.669	0,96	5.561.454	6,04	5.570.472	0,16	5.536.345	-0,61	5.564.457	0,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.198.472	2.219.409	0,96	5.364.896	141,73	5.373.596	0,16	5.340.674	-0,61	5.367.794	0,51
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	-3.271.114	0,00	-255.886	0,00	-254.317	0,00	-255.610	0,00

Nota:

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º.

II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
	2024	2025	2026	2027	2028
	4,83	5,65	4,46	4,83	5,65
	1,05	1,06	1,04	1,05	1,06

Fonte Índices de Inflação:

Banco Central do Brasil

Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2025		2024		2023	
		%		%		%
Patrimônio Líquido						
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	10.949.537	100,00	12.775.884	100,00	9.669.092	100,00
TOTAL	10.949.537	100,00	12.775.884	100,00	9.669.092	100,00
	REGIME PREVIDENCIÁRIO					
	2025		2024		2023	
		%		%		%
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	0	0,00	0	0,00	0	0,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/1

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2025	2024	2023
RECEITAS REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	(g) = ((Ia - II(d)) + III(h))	(h) = ((Ib - II(e)) + III(i))	(i) = ((Ic - II(f))
Valor (III)	0	0	0



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/1

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setor / Programas / Beneficiário	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2027	2028	2029	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	LEI MUNICIPAL	REFIS MUNICIPAL	20.000	15.000	5.000	INCREMENTO DA ARRECADADAÇÃO
TOTAL			20.000	15.000	5.000	



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2026 Pág.: 1/1

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Eventos	Valor previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	1.000.000
(-) Transferências Constitucionais	500.000
(-) Transferências ao FUNDEB	300.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	200.000
Redução Permanente de Despesa (II)	500.000
Margem Bruta (III) = (I + II)	700.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	200.000
Novas DOCC	200.000
Novas DOCC Geradas por PPP	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/7

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
IPTU	Municipal	44.594,00	46.824,00	0,00	46.824,00
ISS	Municipal	386.804,00	406.144,00	0,00	406.144,00
ISS	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	Municipal	23.347,00	24.514,00	0,00	24.514,00
IRRF	Municipal	229.610,00	241.091,00	0,00	241.091,00
Demais Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	Municipal	72.546,00	76.173,00	0,00	76.173,00
Taxas	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas (RPPS)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	Municipal	336.774,00	353.613,00	0,00	353.613,00
Demais contribuições (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	Municipal	133.199,00	139.859,00	0,00	139.859,00
Aplicações Financeiras	Estadual	42.413,00	44.534,00	0,00	44.534,00
Aplicações Financeiras	Federal	154.759,00	162.497,00	0,00	162.497,00
Aplicações Financeiras	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/7

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Aplicações Financeiras (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	Municipal	10.500,00	11.025,00	0,00	11.025,00
Outras Receitas Patrimoniais	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços - Financeiras (RPPS)	Municipal	37.381.309,00	39.250.374,00	0,00	39.250.374,00
Cota-Parte do FPM	Municipal	1.118.560,00	1.174.488,00	0,00	1.174.488,00
Cota-Parte do FPM - EXTRAORDINÁRIA	Municipal	6.615.540,00	6.946.317,00	0,00	6.946.317,00
Cota-Parte do ICMS	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	Municipal	174.472,00	183.196,00	0,00	183.196,00
Cota-Parte do ITR	Municipal	11.297,00	11.862,00	0,00	11.862,00
Transferências da LC nº 61/1989	Municipal	62.761,00	65.899,00	0,00	65.899,00
Transferências do FUNDEB	Municipal	10.232.948,00	10.744.595,00	0,00	10.744.595,00
Transferências do FUNDEB	Municipal	1.315.347,00	1.381.114,00	0,00	1.381.114,00
Transferências do FUNDEB	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/7

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Outras Transferências Correntes	Municipal	422.566,00	443.694,00	0,00	443.694,00
Outras Transferências Correntes	Outras	1.900.437,00	1.995.459,00	0,00	1.995.459,00
Outras Transferências Correntes	Estadual	1.310.381,00	1.375.900,00	0,00	1.375.900,00
Outras Transferências Correntes	Federal	17.702.317,00	18.587.433,00	0,00	18.587.433,00
Outras Transferências Correntes (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 - Principal	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal					
Transf. da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022 - Principal	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Municipal	223.299,00	234.464,00	0,00	234.464,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Outras	31.534,00	33.111,00	0,00	33.111,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira (RPPS)	Municipal	6.025,00	6.326,00	0,00	6.326,00
Demais Receitas Correntes	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 4/7

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Demais Receitas Correntes - Financeiras (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras entre os Regimes de Previdência - Principal (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito (RPPS)	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de crédito (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de empréstimos (RPPS)	Estadual	754.129,00	791.835,00	0,00	791.835,00
Convênios	Federal	3.094.201,00	3.248.911,00	0,00	3.248.911,00
Convênios	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	Municipal	2.425.500,00	2.546.775,00	0,00	2.546.775,00
Convênios (RPPS)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 6/7

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais (RPPS) - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais (RPPS) - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos (RPPS) - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira (RPPS) - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Financeira - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (RPPS) - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (RPPS) - INTRA	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes - Financeiras - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes (RPPS) - INTRA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Dedução FUNDEB	Municipal	-7.476.262,00	-7.850.075,00	0,00	-7.850.075,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Dedução do FUNDEB	Municipal	-2.260,00	-2.372,00	0,00	-2.372,00
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC 123/2022 - Dedução do Fundeb	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS - Dedução do FUNDEB	Municipal	-1.323.108,00	-1.389.263,00	0,00	-1.389.263,00
Cota-Parte do IPVA - Dedução do FUNDEB	Municipal	-34.895,00	-36.639,00	0,00	-36.639,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITA BASE DE CÁLCULO

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Cota-Parte do IPI - Municípios - Dedução do FUNDEB	Municipal	-12.553,00	-13.180,00	0,00	-13.180,00
Transf. Analítica da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação de ICMS - LC nº 194/2022	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
- Dedução FUNDEB		80.470.768,00	84.494.309,00	0,00	84.494.309,00
TOTAL GERAL					



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/4

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Pessoal e Encargos Sociais (3167)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3167) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191) (RPPS)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191) (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (3191) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	Municipal	23.854.034,00	25.046.736,00	0,00	25.046.736,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	Federal	6.149.951,00	6.457.449,00	0,00	6.457.449,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	Outras	400.000,00	420.000,00	0,00	420.000,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX) (RPPS)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX) (RPPS)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (31XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3267)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3267) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3291) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (32XX) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3367)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (3367) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/4

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Outras Despesas Correntes (3391)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391)	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (3391) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	Municipal	24.322.403,00	25.538.523,00	0,00	25.538.523,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	Estadual	1.235.298,00	1.297.063,00	0,00	1.297.063,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	Federal	12.371.035,00	12.989.587,00	0,00	12.989.587,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX)	Outras	1.212.597,00	1.273.227,00	0,00	1.273.227,00
Outras Despesas Correntes (33XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes (33XX) (RPPS)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (4491) (RPPS)	Municipal	1.072.760,00	1.126.398,00	0,00	1.126.398,00
Investimentos (44XX)	Estadual	1.506.875,00	1.582.219,00	0,00	1.582.219,00
Investimentos (44XX)	Federal	6.213.065,00	6.523.718,00	0,00	6.523.718,00
Investimentos (44XX)	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (44XX)	Outras	319.374,00	335.343,00	0,00	335.343,00
Investimentos (44XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (44XX) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos (44XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (45XX66)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (45XX66)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos (45XX66) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado (45XX64)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/4

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Fonte Financiamento	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Ajuste	Estimado Ajustado
Aquisição de título de capital já integralizado (45XX64) (RPPS)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (45XX63)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito (45XX63) (RPPS)	Municipal	24.681,00	25.915,00	0,00	25.915,00
Demais inversões financeiras (45XX)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX)	Operação de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras (45XX) (RPPS)	Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (4691)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (4691) (RPPS)	Municipal	1.500.000,00	1.575.000,00	0,00	1.575.000,00
Amortização da Dívida (46XX)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (46XX)	Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (46XX)	Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (46XX)	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (46XX) (RPPS)	Municipal	288.695,00	303.130,00	0,00	303.130,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (RPPS)	Municipal	80.470.768,00	84.494.308,00	0,00	84.494.308,00
TOTAL GERAL					



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - DESPESA BASE DE CÁLCULO

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO

Fonte Financiamento

Previsão (2026)

Previsão (2027)

Ajuste

Estimado Ajustado

	RPPS	INTRA	Demais	Geral
Receitas	0,00	0,00	84.494.309,00	84.494.309,00
Despesas	0,00	0,00	84.494.308,00	84.494.308,00
Saldo	0,00	0,00	1,00	1,00

Resultado Primário - Previsão	Valor Previsto
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha	-243.973,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-243.973,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/2

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2024)	Realizada (2025)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	8.100.000,00	229.092,64	8.930.000,00	9.376.507,00	9.845.332,00	10.337.600,00	10.854.480,00
Convênios	5.413.701,00	0,00	5.975.071,00	6.273.830,00	6.587.521,00	6.916.898,00	7.262.743,00
Outras Transferências de Capital	2.666.299,00	229.092,64	2.954.929,00	3.102.677,00	3.257.811,00	3.470.702,00	3.591.737,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-5.080.560,00	-4.543.155,10	-7.727.953,00	-8.849.078,00	-9.291.529,00	-9.756.107,00	-10.243.913,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finanç. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-5.080.560,00	-4.543.155,10	-7.727.953,00	-8.849.078,00	-9.291.529,00	-9.756.107,00	-10.243.913,00
RECEITA TOTAL	48.495.211,00	38.605.354,11	71.053.404,00	80.470.768,00	84.494.309,00	88.719.027,00	93.154.980,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	40.395.211,00	38.376.261,47	62.123.404,00	71.094.261,00	74.648.977,00	78.381.427,00	82.300.500,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2024)	Realizada (2025)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	40.175.258,00	39.055.859,13	61.226.817,00	69.545.318,00	73.022.585,00	76.673.713,00	80.507.398,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.400.854,00	18.396.685,27	28.084.330,00	30.403.985,00	31.924.185,00	33.520.394,00	35.196.414,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.774.404,00	20.659.173,86	33.142.487,00	39.141.333,00	41.098.400,00	43.153.319,00	45.310.984,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.070.000,00	2.702.878,69	9.551.639,00	10.636.755,00	11.168.593,00	11.727.023,00	12.313.376,00
Investimentos	7.570.462,00	1.420.510,51	8.678.134,00	9.112.074,00	9.567.678,00	10.046.062,00	10.548.366,00
Inversões Financeiras	21.368,00	150.000,00	23.505,00	24.681,00	25.915,00	27.211,00	28.572,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	21.368,00	150.000,00	23.505,00	24.681,00	25.915,00	27.211,00	28.572,00
Amortização da Dívida	476.170,00	1.132.368,18	850.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00	1.736.438,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	249.953,00	0,00	274.948,00	288.695,00	303.130,00	318.287,00	334.201,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	48.495.211,00	41.758.737,82	71.053.404,00	80.470.768,00	84.494.308,00	88.719.023,00	93.154.975,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	48.495.211,00	41.758.737,82	71.053.404,00	80.470.768,00	84.494.308,00	88.719.023,00	93.154.975,00



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRIMÁRIAS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/2

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2023)	Realizada (2023)	Previsão (2024)	Realizada (2024)	Previsão (2025)	Realizada (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
Investes Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Investes Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Investes Financeiras (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	3.488.263,23	1.757.594,50	3.076.794,01	1.582.301,09	914.630,56	404.029,68	2.941.227,67	1.472.084,00	1.545.688,00	1.622.972,00

Definição de Percentual de Pagamento

A = (soma da previsão 2023/2024/2025) / 3

B = (soma dos pagamentos 2023/2024/2025) / 3

C = B / A * 100

Cálculo da Previsão 2027

D = Previsão 2026

E = Previsão dos Pagamentos = D + C (Percentual encontrado)



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/3

Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.100.000,00	229.092,64	8.930.000,00	9.376.507,00	9.845.332,00	10.337.600,00	10.854.480,00	10.854.480,00	10.854.480,00
Convênios	5.413.701,00	0,00	5.975.071,00	6.273.830,00	6.587.521,00	6.916.898,00	7.262.743,00	7.262.743,00	7.262.743,00
Outras Transferências de Capital	2.686.299,00	229.092,64	2.954.929,00	3.102.677,00	3.257.811,00	3.420.702,00	3.591.737,00	3.591.737,00	3.591.737,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	48.475.300,00	38.284.197,06	70.875.301,00	80.140.397,00	84.147.419,00	88.354.792,00	92.772.533,00	92.772.533,00	92.772.533,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	48.475.300,00	38.284.197,06	70.875.301,00	80.140.397,00	84.147.419,00	88.354.792,00	92.772.533,00	92.772.533,00	92.772.533,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	48.475.300,00	38.284.197,06	70.875.301,00	80.140.397,00	84.147.419,00	88.354.792,00	92.772.533,00	92.772.533,00	92.772.533,00
DESPESAS									

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2024)	Realizada (2025)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	40.175.258,00	36.473.489,43	61.226.817,00	69.545.318,00	73.022.585,00	76.673.713,00	80.507.398,00
Pessoal e Encargos Sociais	19.400.854,00	18.135.242,51	28.084.330,00	30.403.985,00	31.924.185,00	33.520.394,00	35.196.414,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.774.404,00	18.338.246,92	33.142.487,00	39.141.333,00	41.098.400,00	43.153.319,00	45.310.984,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.175.258,00	36.473.489,43	61.226.817,00	69.545.318,00	73.022.585,00	76.673.713,00	80.507.398,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.070.000,00	2.525.459,07	9.551.639,00	10.636.755,00	11.168.593,00	11.727.023,00	12.313.376,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/3

Investimentos	7.570.462,00	1.393.090,89	8.678.134,00	9.112.074,00	9.567.678,00	10.046.062,00	10.548.366,00
Inversões Financeiras	21.368,00	0,00	23.505,00	24.681,00	25.915,00	27.211,00	28.572,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	21.368,00	0,00	23.505,00	24.681,00	25.915,00	27.211,00	28.572,00
Amortização da Dívida (XXVII)	478.170,00	1.132.368,18	850.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.653.750,00	1.736.438,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	7.591.830,00	1.570.510,51	8.701.639,00	9.136.755,00	9.593.593,00	10.073.273,00	10.576.938,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	249.953,00	0,00	274.948,00	288.695,00	303.130,00	318.287,00	334.201,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	48.017.041,00	37.866.580,32	70.203.404,00	78.970.768,00	82.919.308,00	87.065.273,00	91.418.537,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	48.017.041,00	37.866.580,32	70.203.404,00	78.970.768,00	82.919.308,00	87.065.273,00	91.418.537,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	458.259,00	13.587,06	671.897,00	1.169.629,00	-243.973,00	-356.169,00	-268.976,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	458.259,00	13.587,06	671.897,00	1.169.629,00	-243.973,00	-356.169,00	-268.976,00

Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/1

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2024)	Realizada (2025)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceção RPPS) (XXXVI)	19.911,00	321.157,05	178.103,00	330.371,00	346.890,00	364.235,00	382.447,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceção RPPS) (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEMI RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	478.170,00	334.744,11	850.000,00	1.500.000,00	102.917,00	108.066,00	113.471,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	-3.271.113,71	0,00	-3.271.113,71	-268.244,84	-281.656,00	-295.741,00
DIVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	4.947.800,81	5.561.453,50	4.947.800,81	5.561.453,50	5.839.526,00	6.131.502,00	6.438.077,00
DEDUÇÕES (XL)	2.854.018,36	196.557,34	2.854.018,36	196.557,34	206.385,00	216.705,00	227.539,00
Disponibilidade de Caixa	2.854.018,36	196.557,34	2.854.018,36	196.557,34	206.385,00	216.705,00	227.539,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.436.596,87	3.019.636,25	3.436.596,87	3.019.636,25	3.170.618,00	3.329.149,00	3.495.606,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	169.676,53	2.229.872,08	169.676,53	2.229.872,08	2.341.366,00	2.458.434,00	2.581.356,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	412.901,98	593.206,83	412.901,98	593.206,83	622.867,00	654.010,00	686.711,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	2.093.782,45	5.364.896,16	2.093.782,45	5.364.896,16	5.633.141,00	5.914.797,00	6.210.538,00
RESULTADO NOMINAL (SEMI RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	0,00	-3.271.113,71	0,00	-3.271.113,71	-268.244,84	-281.656,00	-295.741,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/1

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Previsão (2024)	Realizada (2025)	Previsão (2025)	Previsão (2026)	Previsão (2027)	Previsão (2028)	Previsão (2029)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.947.800,81	5.561.453,50	4.947.800,81	5.561.453,50	5.839.526,00	6.131.502,00	6.438.077,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	4.947.800,81	5.561.453,50	4.947.800,81	5.561.453,50	5.839.526,00	6.131.502,00	6.438.077,00
DEDUÇÕES (II)	2.854.018,36	196.557,34	2.854.018,36	196.557,34	206.385,00	216.705,00	227.539,00
Ativo Disponível	3.436.596,87	3.019.636,25	3.436.596,87	3.019.636,25	3.170.618,00	3.329.149,00	3.495.606,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	169.676,53	2.229.872,08	169.676,53	2.229.872,08	2.341.366,00	2.458.434,00	2.581.356,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	412.901,98	593.206,83	412.901,98	593.206,83	622.867,00	654.010,00	686.711,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	2.093.782,45	5.364.896,16	2.093.782,45	5.364.896,16	5.633.141,00	5.914.797,00	6.210.538,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS ANUAIS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.494.309	80.601.268	0,07	0,00	88.719.027	80.107.474	0,08	0,00	93.154.980	80.521.203	0,08	0,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	84.147.419	80.270.361	0,07	0,00	88.354.792	79.778.593	0,08	0,00	92.772.533	80.190.624	0,08	0,00
Receitas Primárias Correntes	74.302.087	70.878.648	0,06	0,00	78.017.192	70.444.417	0,07	0,00	81.918.053	70.808.240	0,07	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	794.746	758.128	0,00	0,00	834.484	753.484	0,00	0,00	876.208	757.376	0,00	0,00
Transferências Correntes	72.868.802	69.511.401	0,06	0,00	76.512.242	69.085.546	0,06	0,00	80.337.856	69.442.351	0,07	0,00
Demais Receitas Primárias Correntes	638.539	609.119	0,00	0,00	670.466	605.387	0,00	0,00	703.989	608.513	0,00	0,00
Receitas Primárias de Capital	9.845.332	9.391.712	0,00	0,00	10.337.600	9.334.176	0,00	0,00	10.854.480	9.382.384	0,00	0,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	84.494.308	80.601.267	0,07	0,00	88.719.023	80.107.470	0,08	0,00	93.154.975	80.521.199	0,08	0,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	82.919.308	79.098.834	0,07	0,00	87.065.273	78.614.242	0,07	0,00	91.418.537	79.020.258	0,08	0,00
Despesas Primárias Correntes	73.022.585	69.658.099	0,06	0,00	76.673.713	69.231.344	0,06	0,00	80.507.398	69.588.900	0,07	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	31.924.185	30.453.291	0,02	0,00	33.520.394	30.266.721	0,03	0,00	35.196.414	30.423.039	0,03	0,00
Outras Despesas Correntes	41.098.400	39.204.808	0,03	0,00	43.153.319	38.964.622	0,03	0,00	45.310.984	39.165.860	0,04	0,00
Despesas Primárias de Capital	9.593.593	9.151.572	0,00	0,00	10.073.273	9.095.506	0,00	0,00	10.576.938	9.142.482	0,00	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.472.084	1.404.258	0,00	0,00	1.545.688	1.395.655	0,00	0,00	1.622.972	1.402.863	0,00	0,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	84.494.309	80.601.268	0,07	0,00	88.719.027	80.107.474	0,08	0,00	93.154.980	80.521.203	0,08	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	84.147.419	80.270.361	0,07	0,00	88.354.792	79.778.593	0,08	0,00	92.772.533	80.190.624	0,08	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	84.494.308	80.601.267	0,07	0,00	88.719.023	80.107.470	0,08	0,00	93.154.975	80.521.199	0,08	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	82.919.308	79.098.834	0,07	0,00	87.065.273	78.614.242	0,07	0,00	91.418.537	79.020.258	0,08	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(II-III)	-243.973	-232.732	0,00	0,00	-255.169	-231.304	0,00	0,00	-268.976	-232.497	0,00	0,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	-243.973	-232.732	0,00	0,00	-255.169	-231.304	0,00	0,00	-268.976	-232.497	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	346.890	330.907	0,00	0,00	364.235	328.880	0,00	0,00	382.447	330.579	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DP)	5.839.526	5.570.472	0,00	0,00	6.131.502	5.536.345	0,00	0,00	6.438.077	5.564.938	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	5.633.141	5.373.596	0,00	0,00	5.914.797	5.340.674	0,00	0,00	6.210.538	5.368.258	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS ANUAIS

ESPECIFICAÇÃO	2027			2028			2029					
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
	Variáveis											
PIB real (crescimento % anual)					2027				2029			
					3,40				2,30			1,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do governo (média % anual)					6,50				10,00			5,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do ano)					6,19				5,92			5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação					4,83				5,65			4,46
Projeção do PIB do Estado - R\$ mil					108.000.000.000,00				110.000.000.000,00			112.000.000.000,00

Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:

Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026;

Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025.



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025		Metas Realizadas em 2025		Variação	
	(a)	% PIB	(b)	% PIB	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	38.605.354	0,04	-32.448.050	-45,67
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	70.875.301	0,06	38.284.197	0,03	-32.591.104	-45,98
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	41.758.738	0,04	-29.294.666	-41,23
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	70.203.404	0,06	37.866.580	0,03	-32.336.824	-46,06
Receita Total (COM FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	38.605.354	0,04	-32.448.050	-45,67
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	70.875.301	0,06	38.284.197	0,03	-32.591.104	-45,98
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	71.053.404	0,06	41.758.738	0,04	-29.294.666	-41,23
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	70.203.404	0,06	37.866.580	0,03	-32.336.824	-46,06
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	671.897	0,00	13.587	0,00	-658.310	-97,98
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	671.897	0,00	13.587	0,00	-658.310	-97,98
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	4.947.801	0,00	5.561.454	0,01	613.653	12,40
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.093.782	0,00	5.364.896	0,00	3.271.114	156,23

Parâmetros	Valor Previsto 2025		Valor Realizado 2025	
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00
PIB nominal	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00		
Receita Corrente Líquida - RCL	62.123.404,00	38.376.261,47		

Fonte dos Parâmetros:
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecor-RN em 14/11/2025
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 2/2



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/2

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.495.211	71.053.404	46,52	80.470.768	13,25	84.494.309	5,00	88.719.027	5,00	93.154.980	5,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	48.475.300	70.875.301	46,21	80.140.397	13,07	84.147.419	5,00	88.354.792	5,00	92.772.533	5,00	
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	48.495.211	71.053.404	46,52	80.470.768	13,25	84.494.308	5,00	88.719.023	5,00	93.154.975	5,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	48.017.041	70.203.404	46,21	78.970.768	12,49	82.919.308	5,00	87.065.273	5,00	91.418.537	5,00	
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.495.211	71.053.404	46,52	80.470.768	13,25	84.494.309	5,00	88.719.027	5,00	93.154.980	5,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	48.475.300	70.875.301	46,21	80.140.397	13,07	84.147.419	5,00	88.354.792	5,00	92.772.533	5,00	
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	48.495.211	71.053.404	46,52	80.470.768	13,25	84.494.308	5,00	88.719.023	5,00	93.154.975	5,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	48.017.041	70.203.404	46,21	78.970.768	12,49	82.919.308	5,00	87.065.273	5,00	91.418.537	5,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I)-(II)	458.259	671.897	46,82	1.169.629	74,08	-243.973	-120,86	-256.169	0,00	-268.976	0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)-(III)-(IV)	458.259	671.897	46,82	1.169.629	74,08	-243.973	-120,86	-256.169	0,00	-268.976	0,00	
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	4.947.801	4.947.801	0,00	5.561.454	12,40	5.839.526	5,00	6.131.502	5,00	6.438.077	5,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.093.782	2.093.782	0,00	5.364.896	156,23	5.633.141	5,00	5.914.797	5,00	6.210.538	5,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	-3.271.114	0,00	-268.245	0,00	-281.656	0,00	-295.741	0,00	
VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%	
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	50.919.972	75.316.608	47,91	80.470.768	6,84	80.601.268	0,16	80.107.474	-0,61	80.514.244	0,51	
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	50.899.065	75.127.819	47,60	80.140.397	6,67	80.270.361	0,16	79.778.593	-0,61	80.183.693	0,51	
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	50.919.972	75.316.608	47,91	80.470.768	6,84	80.601.267	0,16	80.107.470	-0,61	80.514.239	0,51	
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	50.417.893	74.415.608	47,60	78.970.768	6,12	79.098.834	0,16	78.614.242	-0,61	79.013.429	0,51	
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.919.972	75.316.608	47,91	80.470.768	6,84	80.601.268	0,16	80.107.474	-0,61	80.514.244	0,51	
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	50.899.065	75.127.819	47,60	80.140.397	6,67	80.270.361	0,16	79.778.593	-0,61	80.183.693	0,51	
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.919.972	75.316.608	47,91	80.470.768	6,84	80.601.268	0,16	80.107.474	-0,61	80.514.244	0,51	
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	50.417.893	74.415.608	47,60	78.970.768	6,12	79.098.834	0,16	78.614.242	-0,61	79.013.429	0,51	
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	50.919.972	75.316.608	47,91	80.470.768	6,84	80.601.267	0,16	80.107.470	-0,61	80.514.239	0,51	



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS)	50.417.893	74.413.608	47,60	78.970.768	6,12	79.098.834	0,16	78.614.242	-0,61	79.013.429	0,51
(IV)											
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-IV)	481.172	712.211	48,02	1.169.629	64,23	-232.732	-119,90	-231.304	0,00	-232.477	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	481.172	712.211	48,02	1.169.629	64,23	-232.732	-119,90	-231.304	0,00	-232.477	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	5.195.191	5.244.669	0,95	5.561.454	6,04	5.570.472	0,16	5.536.345	-0,61	5.564.457	0,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	2.198.472	2.219.409	0,95	5.364.896	141,73	5.373.596	0,16	5.340.674	-0,61	5.367.794	0,51
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	0	0	0,00	-3.271.114	0,00	-255.896	0,00	-254.317	0,00	-255.610	0,00

Nota:

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º.

II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
	4,83	5,65	4,46	4,83	5,65	4,46
	1,05	1,06	1,04	1,05	1,06	1,04

Fonte Índices de Inflação:

Banco Central do Brasil

Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/1

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2025	2024	2023
RECEITAS REALIZADAS	(a)	(b)	(c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2025	2024	2023
	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	2025	2024	2023
	(g) = ((Ia - II(d) + III(h))	(h) = ((Ib - II(e) + III(i))	(i) = ((Ic - II(f))
Valor (III)	0	0	0



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/6

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
	2025	2024	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0	0	0



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

	2025	2024	2023
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
Benefícios	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0	0	0
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
Valor	0	0	0
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS			
Valor	0	0	0
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
2025	2024	2023	
0	0	0	0
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
0	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados			
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/6

Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2025	2024	2023
Benefícios	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 4/6

TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0	0	0
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X) ²	0	0	0
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2025	2024	2023
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS	2025	2024	2023
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2024	2023
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0	0	0
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2025	2024	2023
Despesas Correntes (XIII)	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0	0	0
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2025	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Exercício: 2027 Pág.: 5/6

Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

	2025	2024	2023
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0	0	0
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)			
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0	0	0
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0	0	0

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+ (c)
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Ant)+(c)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Ant)+(c)



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 6/6



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/3

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0



PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/3

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 1/3

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/3

Exercício	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

Exercício	Receitas de Contribuições dos Militares	Despesas de Inativos e Pensionistas Militares	Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0



Exercício	Receitas de Contribuições dos Militares		Despesas de Inativos e Pensionistas Militares		Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares		Saldo Financeiro do Exercício	
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)				
2055	0	0	0	0	0	0	0	
2056	0	0	0	0	0	0	0	
2057	0	0	0	0	0	0	0	
2058	0	0	0	0	0	0	0	
2059	0	0	0	0	0	0	0	
2060	0	0	0	0	0	0	0	
2061	0	0	0	0	0	0	0	
2062	0	0	0	0	0	0	0	
2063	0	0	0	0	0	0	0	
2064	0	0	0	0	0	0	0	
2065	0	0	0	0	0	0	0	
2066	0	0	0	0	0	0	0	
2067	0	0	0	0	0	0	0	
2068	0	0	0	0	0	0	0	
2069	0	0	0	0	0	0	0	
2070	0	0	0	0	0	0	0	
2071	0	0	0	0	0	0	0	
2072	0	0	0	0	0	0	0	
2073	0	0	0	0	0	0	0	
2074	0	0	0	0	0	0	0	
2075	0	0	0	0	0	0	0	
2076	0	0	0	0	0	0	0	
2077	0	0	0	0	0	0	0	
2078	0	0	0	0	0	0	0	
2079	0	0	0	0	0	0	0	
2080	0	0	0	0	0	0	0	
2081	0	0	0	0	0	0	0	
2082	0	0	0	0	0	0	0	
2083	0	0	0	0	0	0	0	
2084	0	0	0	0	0	0	0	
2085	0	0	0	0	0	0	0	



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES - Inativos e Pensionistas

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil

Exercício: 2027 Pág.: 3/3

Exercício	Receitas de Contribuições dos Militares (a)	Despesas de Inativos e Pensionistas Militares (b)	Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0



MUNICÍPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Tributo	Modalidade	Setor / Programas / Beneficiário	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2027	2028	2029	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	LEI MUNICIPAL	REFIS MUNICIPAL	20.000	15.000	5000	INCREMENTO DA ARRECADADAÇÃO
TOTAL			20.000	15.000	5000	



MUNICIPIO DE EQUADOR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

Eventos	Valor previsto para 2027
Aumento Permanente da Receita	1.000.000
(-) Transferências Constitucionais	500.000
(-) Transferências ao FUNDEB	300.000
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	200.000
Redução Permanente de Despesa (II)	500.000
Margem Bruta (III) = (I + II)	700.000
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	200.000
Novas DOCC	200.000
Novas DOCC Geradas por PPP	0